

Panos, moedas e prazeres. Notas sobre os meios de pagamento dos peões da pecuária na fronteira meridional do Brasil (1840-1860)

Luis Augusto Ebling Farinatti^{*}

Resumo

Este artigo apresenta as primeiras conclusões de uma pesquisa sobre os trabalhadores da pecuária na região de fronteira do Brasil com a República do Uruguai, com ênfase no estudo dos meios de pagamento dos salários dos peões de uma grande estância de criação. Primeiramente, são apresentadas algumas conclusões de estudos anteriores sobre a combinação de trabalho escravo e livre nos grandes estabelecimentos pecuários. Depois, analisam-se os meios de remuneração dos peões, investigando a presença dos pagamentos em dinheiro ou mercadorias, bem com a época em que eram realizados tais pagamentos. As principais fontes utilizadas são fragmentos de registros contábeis de estâncias, inseridas em inventários *post-mortem*.

Palavras-chave: Trabalho livre. Pecuária. Fronteira. Rio Grande do Sul.

Introdução

As relações de trabalho nos diversos contextos pecuários do Brasil conformam um campo que vem pedindo, encarecidamente, a emergência de novos estudos. São necessárias pesquisas que abarquem investigações sobre temáticas tais como as necessidades e as políticas laborais dos estabelecimentos pecuários; análises demográficas da população de trabalhadores e inquirições sobre suas estratégias sociais; a cultura de resistência que elaboravam no enfrentamento com seus patrões; suas possibilidades de acesso a recursos econômicos, mas também sociais e políticos; as redes de relações sociais em que estavam inseridos.¹ São pesquisas que permitiram a elaboração de comparações capazes de ajudar a responder a perguntas mais gerais sobre o trabalho livre e a escravidão no Brasil.

^{*} Professor do Departamento de História da UFSM;

No caso específico do Rio Grande do Sul, somente há pouco tempo acompanhamos o surgimento de um grupo de novos trabalhos, muitas vezes inspirados pelas temáticas visitadas por historiadores argentinos. Dentro dele, os debates mais incisivos têm estado relacionados à presença do trabalho escravo na atividade criatória. Durante muito tempo, os historiadores resistiram a aceitar a importância da mão de obra cativa nas tarefas tipicamente pecuárias, apontando uma suposta dificuldade de controle desses trabalhadores como óbice intransponível para seu aproveitamento no pastoreio, ainda que essas informações carecessem de bases empíricas mais sólidas. Contudo, os estudos recentes, assentados em larga base de fontes primárias, vêm demonstrando o contrário.² Os grandes estabelecimentos pecuários funcionavam a partir de uma combinação variável entre trabalho escravo e diversas formas de trabalho livre. Essa combinação se reitera de tal forma que não há como deixar de reconhecer seu caráter estrutural nas grandes estâncias.

Por outro lado, a experiência histórica dos trabalhadores juridicamente livres tem sido menos percorrida pelos historiadores e constitui, na verdade, todo um outro campo aberto a programas amplos de pesquisa. Nesse sentido, este artigo é parte de uma investigação muito mais ampla sobre os trabalhadores da pecuária e os subalternos da fronteira meridional. Aqui, começo a avançar na investigação das formas de pagamento dos trabalhadores livres, tema para o qual faltam estudos para o Rio Grande do Sul, ainda que

os existam para regiões platinas de fala espanhola. Trata-se das primeiras conclusões de um trabalho ainda em andamento e, portanto, bastante passível de novas reflexões no futuro. Antes, porém, é preciso revisitar rapidamente alguns resultados de pesquisas já realizadas sobre a combinação de trabalho livre e escravo na pecuária e as prováveis lógicas de sua utilização pelos grandes estancieiros da fronteira em meados do século XIX. As principais fontes utilizadas são processos de inventários do município de Alegrete das décadas de 1840 e 1850 existentes no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers).

Peões livres e escravos campeiros

Estudar a força de trabalho livre na pecuária rio-grandense tem se mostrado uma tarefa difícil, principalmente pela pouca quantidade de fontes que tragam informações mais precisas sobre aqueles trabalhadores. Informações sobre eles não podem ser obtidas, por exemplo, nas avaliações de bens que integravam os inventários *post-mortem*, como ocorria com os escravos. Para avaliar a participação dos trabalhadores que não eram cativos, as fontes ideais seriam registros contábeis de estâncias, os quais, porém, são bastante raros para o Rio Grande do Sul. Ainda assim, alguns inventários trazem em seu bojo fragmentos desses registros, em geral na forma de contas-correntes entre os herdeiros e o administrador da herança, ou como prestação de contas do administrador. Esses fragmentos costumam cobrir

apenas alguns anos e não estão isentos de riscos de falsificação. Contudo, o fato de herdeiros com interesses contraditórios acompanharem o processo de inventário e poderem fazer objeções às contas apresentadas aporta algum grau de confiabilidade a essas fontes.

Em estudos anteriores cruzei informações de alguns desses registros com as avaliações de bens dos inventários onde estavam inseridos. Como resultado, foi possível reconstruir a estrutura de mão de obra de algumas estâncias da fronteira Brasil-Uruguai, especialmente nos municípios de Alegrete e Uruguaiana, nas décadas de 1840 e 1850.³ A conclusão foi pela existência de uma forma específica de combinação de mão de obra escrava e livre nas grandes estâncias. No que se refere especificamente às tarefas pecuárias, foi possível perceber a existência de um núcleo de escravos campeiros. Ao lado destes existia um contingente variável de trabalhadores juridicamente livres, que formavam dois grupos: os peões mensais e os peões por dia ou tarefa. Estes últimos tinham especial relevância na época da castração e da marcação, atividades que costumavam agregar, por uma ou duas semanas, um contingente duas ou até três vezes superior ao de trabalhadores estáveis nas grandes estâncias. Os peões por dia/tarefa também podiam ser contratados para a formação de tropas para serem enviadas às charqueadas e para outras tarefas, como as recrutas de gado evadido das estâncias.

Os peões mensais, por sua vez, dividiam-se entre aqueles que ficavam por

apenas alguns meses nas estâncias (comumente, entre um e quatro meses) e os que permaneciam por longo tempo – nas contas analisadas, em geral, mais de oito meses. Os primeiros costumavam aparecer todos na mesma época, sugerindo um período de aumento estacional da demanda por trabalho. Talvez por isso mesmo, seu salário mensal tendia a ser maior do que aqueles que ficavam por longo tempo nas estâncias. Em alguns casos, essa diferença no valor dos salários podia derivar de alguma especialização, como era o caso de peões domadores, por exemplo.

Entre os registros contábeis analisados estão os da Estância da Palma, pertencente ao brigadeiro Olivério Ortiz e localizada em Alegrete. Ali, em 1853, para cuidar de 3.200 reses de gado *vacum* e cerca de 1.800 cavalares estiveram empregados quatro escravos campeiros – Simão, Felisberto Sargento, Eleutério e Manoel Baiano – e quatro peões mensais – o “piá Antônio” (12 meses a 6\$000 por mês), o peão Liberto (três meses a 12\$000 por mês), o “peão irmão do mulato Bernardo” (dois meses a 12\$000 por mês) e o peão Laureano, do qual não foi possível averiguar o tempo em que ficou. Além deles, vieram peões contratados por dia ou tarefa, formando um grupo de trabalhadores eventuais. Esses escravos e peões livres estiveram sob a supervisão do capataz Daniel por dois meses, o qual depois foi substituído pelo capataz Alexandre, que ficou os outros dez meses do ano. Os capatazes tinham salário mensal de 24\$000.⁴

Qual seria a lógica do emprego dessa combinação de trabalho escravo e traba-

lho assalariado nas grandes estâncias? Na atual fase das pesquisas sobre o tema não se pode ter certeza, porém podem-se fazer algumas conjecturas analíticas.

Assim como outros autores já relataram, cobrir apenas com escravos campeiros todas as necessidades de mão de obra, inclusive as da marcação e castração (que duravam apenas uma ou duas semanas), implicaria ter muito mais escravos do que se precisava no restante do tempo. Da mesma forma, não era aconselhável nem mesmo substituir todos os peões mensais por escravos, porque durante uma época do ano era preciso aumentar o número de trabalhadores, o que se fazia contratando um ou mais peões por dois ou três meses. No restante do ano, eles não eram necessários. Assim, parece bastante adequada uma estrutura de mão de obra que combinasse escravos campeiros trabalhando durante o ano todo, peões mensais contratados por dois ou três meses, na época de maior demanda laboral, e peões por dia/tarefa, para as épocas de pico da necessidade de trabalhadores, como marcação e castração.

Entretanto, os estancieiros também contratavam alguns peões que trabalhavam durante o ano inteiro: Esses não poderiam ser substituídos por escravos? Essa foi a situação encontrada por Helen Osório para o período colonial, e parece ter lógica.⁵ Isso podia acontecer em algumas estâncias na fronteira no período estudado. Foi o caso, por exemplo, da estância de Ana Guterres, com mil reses de gado *vacum*, em que apenas o capataz e o escravo campeiro permaneceram durante o ano todo; houve peões que ficaram poucos

meses e outros contratados apenas para a castração e marcação.⁶ No entanto, a conta de Ortiz, que já foi analisada aqui, e as dos estancieiros Joaquim Ferreira Braga e Manoel José de Carvalho apresentam não apenas esses peões “de poucos meses”, mas também peões que ficavam durante o ano inteiro, ao lado de escravos campeiros.⁷

Lembremos que os estancieiros estavam conseguindo negociar de forma a pagar salários mais baixos a esses peões que permaneciam por mais tempo nas estâncias. Como veremos, eles também conseguiam que esses peões recebessem uma parte maior de seus salários em mercadorias, o que diminuía ainda mais os custos desta mão de obra. Em trabalho anterior verificamos que, entre 1851 e 1854, o preço de um escravo jovem equivalia a nove anos de trabalho de um peão, tomando uma média dos salários dos peões das contas analisadas. Contudo, se tomássemos apenas o salário dos que permaneciam o ano todo na estância, o gasto anual com um peão entre 1851 e 1854 cairia mais de 25%. Ao invés do preço de um escravo jovem equivaler a nove anos de trabalho de um peão, equivaleria a 12. Talvez esses fatos levassem a que suprir as demandas com aquele tipo de peão livre se mostrasse mais compensador aos estancieiros.

Então, por que não cobrir toda a demanda de trabalhadores “do ano todo” com peões livres e prescindir do trabalho escravo? Em primeiro lugar, porque, nesta circunstância, este salário mais baixo não se manteria, já que não havia tantos homens dispostos a se assalariar por um valor tão baixo pelo ano inteiro. A oferta

de trabalhadores livres não era tão ampla e regular que pudesse permitir a substituição dos escravos campeiros por peões que ficassem por longo tempo recebendo baixos salários. A disponibilidade de trabalhadores livres, apesar de sempre ter existido, nunca alcançou vastas proporções.

A verdade é que a maior parte deles não se encaixava no conceito de trabalhadores “livres” no sentido de despossuídos de todos os meios de produção. Não era uma massa de proletarizados formando um exército de mão de obra pronto a responder às necessidades dos estancieiros. Alguns, sim, estavam nesta condição e precisavam se assalariar por baixos valores e permanecer o ano inteiro na estância, mas outros tinham possibilidades de sobrevivência diversificada, que incluíam o acesso a recursos produtivos e a elaboração de estratégias econômicas familiares. Isso lhes permitia se assalariarem por pouco tempo, nas épocas em que os estancieiros mais precisavam de trabalhadores, ganhando mais e percebendo uma parte maior de seus vencimentos em moeda. Por sua vez, a existência de escravos campeiros diminuía a necessidade de trabalhadores, possibilitando que parte do trabalho regular “do ano todo” fosse coberta por esses peões a salários menores. Mas se não houvesse escravos, não seria possível cobrir todas as necessidades de trabalhadores com peões livres a custos viáveis.

Além disso, aquela não era uma situação livre de solavancos conjunturais. Em muitas ocasiões, sobretudo durante as guerras, os peões ficavam ainda mais raros e seu trabalho, mais caro. Os recrutamen-

tos militares drenavam grande parte dessa mão de obra potencial durante longos períodos. Em 1858, a Câmara Municipal de Alegrete respondia à Presidência da província sobre os possíveis motivos da carestia de gêneros alimentícios experimentada naqueles anos afirmando que, entre outros aspectos, seria minorada: “[...] sobretudo deixando de ser chamado o povo em massa para o serviço militar especialmente na ocasião das colheitas e quando o serviço das estâncias demanda maiores cuidados [...]”.⁸ No inventário realizado por ocasião da morte de sua esposa em 1855, Manoel José Flores pedia que fossem lançados em sua meação os três escravos do casal:

Por lhe serem necessários para o costeio de sua Estância, atenta a escassez que há de peões que se queiram justar para esse serviço, e mesmo porque os contínuos destacamentos não deixam pessoa livre alguma nas estâncias, que estejam no caso de pegarem em armas, embora não tenham sido qualificadas, ou nas circunstâncias de não o ser.⁹

Esse é um caso em que a mão de obra de uma estância de médio porte era formada apenas por escravos, mas a declaração do viúvo inventariante deixava claro que o ideal era agregar a ela peões livres, o que não estava sendo possível em razão dos contínuos recrutamentos.

Em seu trabalho sobre Entre-rios, na primeira metade do século XIX, Roberto Schmitt demonstrou que a expansão pecuária precisou conviver com uma presença da guerra ainda maior do que a existente no Rio Grande do Sul. Ali, os estancieiros deixaram de contar expressivamente com a mão de obra escrava já na década de 1820,

o que agravou ainda mais a situação e exigiu uma forte intervenção das autoridades no que se refere à negociação e à busca de certo grau de consenso para compatibilizar a guerra e a produção. (SCHMIT, 2004, p. 113-115). Esses problemas de falta de mão de obra em razão dos recrutamentos eram uma constante em todo esse espaço fronteiriço platino, onde as guerras teimavam em ressurgir seguidamente.¹⁰

Em terras brasileiras, a escravidão perdurou por mais tempo do que no Estado Oriental ou nas províncias do litoral argentino. Essa permanência dotava a pecuária rio-grandense de um pouco mais de elasticidade para resistir à irregularidade da oferta de mão de obra livre. Talvez por isso mesmo, conscientes da importância da escravidão para seu sistema produtivo, a maioria dos líderes farroupilhas jamais fosse favorável à abolição da escravidão na República Rio-Grandense. Deve-se ressaltar, porém, que os senhores de escravos não podiam estar tranquilos nos períodos de guerras, as quais atuaram como uma possibilidade de liberdade para escravos que fugiam de seus senhores e se engajavam nos exércitos em luta no Estado Oriental, ou mesmo em um dos exércitos que combatiam durante a Guerra dos Farrapos, para, assim, serem protegidos e escapar ao cativeiro.¹¹

Os dados analisados apontam para um quadro que vai além da diferença entre peões mensais e peões por dia/tarefa. Havia uma heterogeneidade mesmo dentro do grupo dos peões que recebiam seus vencimentos por mês. Como vimos, os peões que se empregavam nas estâncias apenas

por poucos meses, em geral, recebiam salários mais altos, pois supriam uma alta demanda estacional. Havia, ainda, outra vantagem que eles levavam em relação aos peões mais estáveis, relacionada à forma de pagamento dos salários.

Dinheiro, tecidos, erva, fumo e cachaça

A maioria das contas de estâncias com as quais foi possível trabalhar não traz qualquer especificação sobre os meios de pagamento dos salários devidos aos peões; constam apenas os valores mensais, estipulados em mil-réis. Esse silêncio não autoriza a pensar que tais valores eram pagos sempre em dinheiro. Os fragmentos de contas que consegui reunir não são extratos de livros contábeis, mas organizações de débitos e haveres feitas para serem anexadas aos inventários. Assim, justificase plenamente que apenas os montantes dos gastos com salários estejam discriminados, não suas formas concretas de pagamento. Além do mais, a exiguidade das quantias em dinheiro presentes nos inventários de grandes estancieiros corrobora as inúmeras queixas que os contemporâneos faziam sobre a escassez de meios metálicos de pagamento.

Em contrapartida, foi possível encontrar um caso em que aparecem descrições dos meios de pagamento de peões. Trata-se dos acertos de contas realizados entre Manoel José de Carvalho, grande estancieiro da fronteira, e seus filhos, esses inclusos em seu inventário, realizado em conjunto com o de sua esposa, Custódia Maria de

Carvalho. Essas contas foram especialmente detalhadas em especificar como cada herdeiro empregou recursos próprios para atender às necessidades cotidianas das estâncias de seu pai e vice-versa. Na conta de José João de Carvalho, filho e administrador das estâncias do velho Manoel, constam listas de salários pagos a diversos peões que se empregaram nas estâncias de “Japejú”, naquele momento (1842-45) fazendo parte do município de Alegrete e, logo depois, incluída no território do novo município de Uruguaiana, localizada nas proximidades da margem direita do rio Uruguai, e também na estância “A Oriental”, na margem esquerda do rio Quaraí, já em terras pertencentes à República do Uruguai, embora não fique claro quais trabalharam em uma e quais em outra.¹² Ali constam os dias de entrada e saída de cada peão e, por sorte, as formas de pagamento de cada um desses salários.

Não é aconselhável generalizar a partir apenas de um documento, tanto mais se considerarmos a época em que os registros foram feitos: cobrem um período de quase quatro anos, que vai de fevereiro de 1842 a dezembro de 1845 – os anos finais da Guerra dos Farrapos. Bem se pode pensar que o fato de haver a presença importante de mercadorias como meios de pagamentos naquelas contas estaria sofrendo uma influência do período de guerra, quando talvez houvesse uma escassez ainda maior de dinheiro. Entretanto, esse argumento é contrabalançado ao percebermos que, justamente em razão da guerra, era provavelmente ainda maior a escassez de mão de obra livre. Se o hábito fosse pagar em moe-

da, é difícil pensar que os Carvalho tivessem conseguido manter tantos peões recebendo por quatro anos uma grande parte de seu salário em mercadorias. Outros estudos precisam ser feitos, para outras décadas e em outros estabelecimentos, para dimensionar melhor esses dados. Todos os fatores colocados aqui, porém, indicam que a praxe devia ser mesmo um pagamento que se fazia parte em dinheiro, parte em mercadorias. Creio que seja correto ficar com essa hipótese já que é coerente com as características daquela economia de baixa liquidez, na qual o crédito assumia papel principal nas transações. Além disso, esse era exatamente o sistema de pagamento que se praticava na mesma época na província argentina de Corrientes, separada da estância de Japejú apenas pelo leito do rio Uruguai.¹³

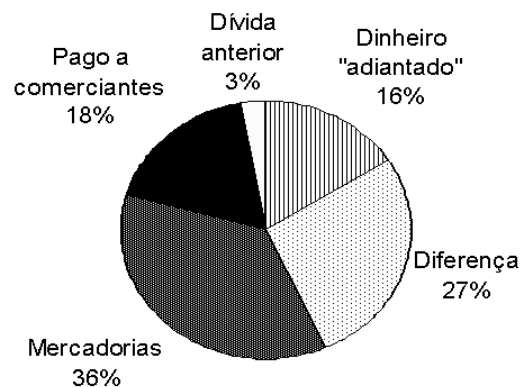
Os vinte trabalhadores que terão suas contas analisadas eram “peões por mês”, dos quais seis saíram, mas depois tornaram a entrar nas mesmas estâncias. Desses, três estiveram nas estâncias por duas vezes; outros dois foram se empregar ali por três vezes. Totalizavam, assim, 27 acertos de contas.

A dinâmica dos pagamentos ocorria da seguinte forma. Os peões iam cumprindo seu trabalho e cada mês trabalhado era anotado como “vencido”, porém nada era pago nesse momento; o valor do salário mensal apenas era anotado como crédito para o peão. Enquanto isso, os peões iam retirando mercadorias e, mais eventualmente, dinheiro com o administrador. O acerto de contas se fazia quando o peão queria ir embora ou era dispensado; podia também

acontecer em meio à sua permanência, embora isso fosse mais raro. No momento do acerto de contas, era contraposto o valor total referente aos meses “vencidos” pelo peão, de um lado, e, de outro, tudo que ele havia retirado e que era chamado pelo administrador de “adiantamentos”.

Essa denominação demonstra muito bem como a relação de trabalho era pensada pelos patrões e por seus administradores. Apesar de constar de um valor estipulado por mês, a praxe era que o trabalhador receberia seu salário quando a relação entre eles se encerrasse, ou quando conseguisse negociar o acerto antes desse prazo. Quando do acerto de contas, a diferença era paga pela parte que tivesse ficado devendo. Em alguns casos, além de mercadorias e do dinheiro, dentro dos “adiantamentos” havia compras que os peões faziam nas vendas próximas e cuja dívida era assumida pelo patrão. A Figura 1 traz o percentual de cada um desses fatores no total pago aos peões dos Carvalho.

A maior parte dos valores foi paga em “adiantamentos”, dentre os quais o mais importante eram as mercadorias retiradas diretamente junto ao administrador; depois, as adquiridas pelos peões no comércio local cuja dívida era assumida pela estância e, por fim, a retirada de dinheiro junto ao administrador. Fazendo agora um recorte vertical, pode-se perceber que as parcelas pagas em dinheiro (dinheiro “adiantado” + diferença paga no acerto de contas) atingiram, em média, 43% do total pago, ao passo que os meios não monetários (mercadorias + pagamentos a comerciantes + dívidas anteriores dos peões com a estância) chegaram a 57%. Por fim, note-se que somente



Fonte: Inventários post-mortem. Alegrete. Cartório do Cível e Crime, M. 01, N. 07, A. 1853-7. APRS.

Figura 1 - Percentuais dos meios de pagamento nos salários dos peões (estâncias de “Japejú” e “A Oriental”, 1842-1845)

3% do valor “recebido” foi referente a dívidas anteriores, caso em que os peões haviam trabalhado uma outra vez na estância e tinham ficado devendo no acerto final. Esse valor, então, era colocado ao lado dos “adiantamentos” na sua nova conta.

Esses números sugerem uma consonância com o que já relataram outros autores para economias pecuárias das regiões platinas vizinhas.¹⁴ Estudando Entre-rios em fins do período colonial, Julio Djenderedjian mostrou que a região era dividida geograficamente quanto aos meios de pagamento dos salários: no sul, mais vinculado ao mercado atlântico de couros, os pagamentos em moeda eram dominantes e cada vez mais expressivos; por sua vez, no norte, mais vinculado a Corrientes e ao Paraguai, os pagamentos eram feitos, em grande parte, em produtos. Contudo, o autor afirma que eram oferecidos a preço de mercado, já que também havia a possibilidade de os peões comprarem mercadorias nas vendas locais e de a dívida ser assu-

mida pela estância. As eventuais dívidas dos peões para com a estância não tinham o condão de prender os trabalhadores ao estabelecimento.¹⁵

Por sua vez, José Carlos Chiaramonte estudou contas muito parecidas com a que trabalhamos aqui para Corrientes, na primeira metade do século XIX. O autor concluiu que, apesar de as mercadorias entregues aos peões terem um certo “ágio” em seu valor, estavam muito longe de propiciar a retenção de mão de obra, como ocorreu nas *haciendas* de parte da Nova Espanha a partir de fins do século XVI. Os montantes referentes às entregas de mercadorias não eram tão vultosos que gerassem uma dívida de valor muito maior do que seus salários.¹⁶

Nas estâncias dos Carvalho, em apenas sete casos os acertos geraram dívidas para os peões num universo de 27 acertos de contas. Em apenas um deles a diferença pró-estância superou o valor de um mês de salário do peão, chegando a duas vezes: o peão Salvador recebia um salário de 14\$000 e ficou devendo 28\$380. Em todos os outros casos, os valores foram muito pequenos. Os salários médios foram de 10\$000 e os valores das dívidas pró-estância variaram entre \$300 e 8\$100. Assim, ainda que essa ideia possa ser revista com o avanço dos estudos sobre o tema, o que se percebe até agora parece sugerir que os adiantamentos não eram feitos com intuito de prender a mão de obra; diziam respeito mais a uma forma de pagamento adequada a uma economia com pouca circulação monetária e a uma maneira de tentar diminuir custos. Em estudos futuros será

preciso indagar sobre o quão mercantis eram essas relações e de que tipo de “mercado de trabalho” se está tratando em uma sociedade que convivia com a escravidão e com possibilidades relativamente amplas de acesso a bens de produção para os homens livres pobres.

Por outro lado, também deve ser considerado que as dívidas não prendiam porque os peões não se endividavam a ponto de perder sua autonomia. A situação lhes era desfavorável, mas eles não eram meros instrumentos passivos das necessidades das estâncias. Tinham suas formas de jogar com aquele contexto e conseguiam ampliar suas pequenas margens de vantagens.

Por outro lado, não é possível saber se essa quantidade majoritária de pagamentos em produtos que eram retirados diretamente na estância se repetia na maioria dos outros estabelecimentos pecuários. Como foi possível apontar em estudo anterior sobre a organização empresarial da família Carvalho, o velho Manoel tinha um genro comerciante, que supria as estâncias com mercadorias.¹⁷ Elas eram compradas a grosso e entregues aos peões pelo preço “de retalho”, o que implicava que, mesmo que o estancieiro não cobrasse mais caro em relação ao comércio de varejo, conseguia reduzir seus custos com pagamentos de salários por meio desse procedimento.

Por outro lado, o fato de os peões poderem comprar nas vendas locais e terem suas dívidas assumidas pelos estancieiros, possibilidade que Djenderedjian identificou também para Entre-rios em fins do período colonial, precisa ser analisado. Talvez esteja demonstrando que os peões

tinham certa liberdade de escolha. No entanto, não esqueçamos que era o estancieiro quem decidia se assumiria as dívidas dos peões ou não. Uma hipótese é a de que apenas as assumisse quando estivesse em falta de mercadorias; porém, isso parece pouco provável, já que os casos em que há esse tipo de pagamento se distribuíram ao longo de todo o período coberto pela conta. O mais provável é que fosse um tratamento privilegiado conferido apenas a alguns peões, pois apareceu apenas em sete dos 27 acertos de contas. Com exceção de um caso, todos os outros se referiam a peões que permaneceram por muito tempo na estância: entre oito e vinte meses. Talvez esse fosse o tempo necessário para conquistar a confiança do administrador e negociar com ele esse tipo de regalia.

As mercadorias entregues como “adiantamento” aos peões envolviam majoritariamente tecidos, que, como se pode ver na Tabela 1, preenchiam, sozinhos, mais de 80% dos valores pagos aos peões em mercadorias e foram recebidos em quase 70% dos casos. Depois, vinham prazeres como o mate, o fumo e a cachaça. Um terceiro item com alguma relevância foram

os instrumentos de trabalho, sobretudo arreios, como lombilhos, freios e estrivos. Na rubrica “outros” aparecem trigo, sal e terneiros, fornecidos raramente. O importante, aqui, é notar que albergagem e alimentação eram fornecidos pela estância sem estarem incluídos nos valores dos salários; eram considerados uma obrigação dos patrões e acabavam por tornar o trabalho assalariado, na verdade, mais caro do que se pode estimar apenas pelo valor nominal dos salários.

Esses dados indicam que uma grande parte da relação que os peões poderiam ter diretamente com o mercado era, na verdade, mediada por seus patrões: casa, comida, parte do vestuário, de seus prazeres e, eventualmente, de seus instrumentos de trabalho. Lembremos que, no caso estudado, o total da remuneração dos peões que era paga em mercadorias retiradas na estância atingia o relevante percentual de 36%. Os peões que ficavam por mais tempo nas estâncias eram os que se tornavam mais dependentes dessa mediação feita por seus patrões. Como podemos ver na Figura 2, os peões que permaneceram mais de cinco meses receberam a maior parte de seus

Tabela 1 - Percentuais dos produtos no pagamento em mercadorias nos salários dos peões (estâncias de “Japejú” e “A Oriental”, 1842-1845)

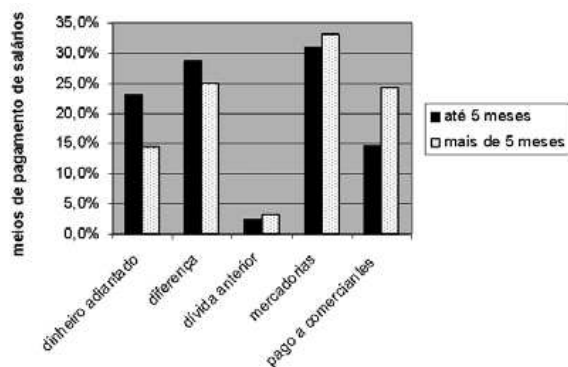
	% do valor recebido em mercadorias	Contas nas quais aparece o produto
Tecidos	82,9%	18
Erva-mate, fumo e cachaça	11,1%	11
Instrumentos de trabalho	4,4%	9
Outros	1,5%	3
Total	100%	27

Fonte: Inventários post-mortem. Alegrete. Cartório do Cível e Crime, M. 01, N. 07, A. 1853-7. APRS

vencimentos em mercadorias e pagamento a comerciantes, ao passo que aqueles que ficaram até cinco meses receberam maiores percentuais em dinheiro “adiantado” e em dinheiro como “diferença”.

Em primeiro lugar, é lógico que os peões que permaneciam por mais tempo recebessem uma parcela maior em mercadorias, porque o momento de acertarem suas contas e poderem, assim, receber a diferença em dinheiro demorava mais. Além disso, o administrador das estâncias estudadas relutou em dar dinheiro “adiantado”, preferindo “adiantar” mercadorias. Nesse sentido, é possível imaginar que trabalhar por quatro meses em duas estâncias fosse melhor do que trabalhar oito meses nela. Por sua vez, o fato de os que ficaram pouco tempo também terem recebido mais dinheiro “adiantado” do que os peões mais estáveis é coerente com a ideia de que iam à estância em uma estação de alta demanda laboral, quando os estancieiros estavam um pouco mais fracos na negociação dos pagamentos.

Como vimos anteriormente, os peões que iam às estâncias apenas por poucos meses, em geral, recebiam salários mais altos, pois supriam uma alta demanda estacional. Agora, acabamos de conhecer outra vantagem que eles levavam em relação aos peões mais estáveis: recebiam uma parte maior de seus salários em dinheiro e ganhavam em independência com relação a seus companheiros que permaneciam por longos períodos. A desvantagem ficaria por conta da “instabilidade” desses trabalhos. Para a maioria desses peões de poucos meses isso, porém, não parece ter sido um problema.



Fonte: Inventários post-mortem. Alegrete. Cartório do Cível e Crime, M. 01, N. 07, A. 1853-7. APRS.

Figura 2 - Meios de pagamento dos peões em relação ao tempo de permanência na estância (estâncias de “Japejú” e “A Oriental”, 1842-1845)

Como apontamos em estudo anterior, a maioria deles estava inserida em uma unidade familiar que desempenhava a produção autônoma. O trabalho estacional como peão era uma diversificação usada estrategicamente por eles.¹⁸ Como tem mostrado uma série de estudos, o Rio Grande do Sul era muito mais que algumas poucas e enormes estâncias. Ao lado de uma elite estancieira estava uma larga base de pequenos e médios produtores de gado e de lavoura. Essa possibilidade de produção autônoma para muitos dos subalternos compunha um quadro no qual os grandes estancieiros não tinham como prescindir do arriscado investimento em escravos campeiros para cobrir ao menos parte da demanda regular de trabalho na pecuária.

Essas conclusões, em que pese seu caráter preliminar, apontam para a necessidade de passar a uma nova fase das investigações. Após o estudo da política de mão de obra dos estancieiros, que foi o tema das preocupações deste artigo, deve-

se partir para o estudo específico da experiência histórica dos trabalhadores da pecuária e das relações que mantinham não apenas com seus patrões, mas também com outros subalternos. A investigação dessas relações ajudará muito a reconstruir os valores que guiavam suas ações, seus projetos, os recursos de que dispunham e as estratégias que elaboravam. Assim, também o estudo da estrutura de mão de obra das estâncias será renovado e ganhará em complexidade e pertinência.

Fabrics, coins and pleasures. Notes on the means of payment of the peons of the ranches in the southern border of Brazil (1840-1860)

Abstract

This article presents the first conclusions of a research on the ranch labor in the south of Brazil, with emphasis in the study of the means of payment of the peon's wages. Firstly, it presents some conclusions of previous studies about the combination of slave and free work in ranching activity. Then, it is analyzed the means of remuneration of the peons, investigating the presence of the payments in money or goods, well with the time in that such payments were accomplished. The main used sources are fragments of accounting records of "estâncias"..

Key words: Free work. Ranching System. Borderlands. Rio Grande do Sul.

Notas

- ¹ Um trabalho recente e notável neste sentido é a investigação de Joana Medrado Nascimento sobre relações de trabalho na pecuária do sertão da Bahia. NASCIMENTO, 2008.
- ² ZARTH, 1997, 2002; BELL, 1998; OSÓRIO, 2007; FARINATTI, 2007a, 2008; TEIXEIRA, 2008; ARAÚJO, 2008.
- ³ FARINATTI, 2007a e 2007b.
- ⁴ Escolhi grafar as cifras da forma como era feito no século XIX, com o cifrão indicando o milhar de réis. Assim, lê-se \$300 (trezenos réis) e 4\$000 (quatro mil réis). Inventários *post-mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes: M. 08, N. 111, A. 1852. APRS.
- ⁵ OSÓRIO, 2007.
- ⁶ Inventários *post-mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes. M. 08, N. 117, A. 1854. APRS.
- ⁷ Inventários *post-mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes, M. 10, N. 145, A. 1855. APRS.
- ⁸ Correspondências das Câmaras. Correspondência Expedida. Alegrete. M 05, N 936, Data 10.01.1858.
- ⁹ Inventários *post-mortem*. Alegrete. Cartório de Órfãos e Ausentes: M. 09, N. 129, A. 1854. APERS.
- ¹⁰ Para a província de Buenos Aires, ver GELMAN, 1999, p. 116. Para questões de mão de obra na província de Corrientes em meados do século XIX, ver CHIARAMONTE, 1991.
- ¹¹ PETIZ, 2001; MOREIRA, 2002.
- ¹² Inventários *post-mortem*. Alegrete. Cartório do Cível e Crime, M. 01, N. 07, A. 1853-7. APERS.
- ¹³ CHIARAMONTE, 1991, p. 109-111.
- ¹⁴ Os próprios estudos sobre peonagem por dívidas na Nova Espanha têm fomentado discussões que apontam para interpretações diversas. A ideia tradicional de que se tratava de uma forma coercitiva de trabalho tem sido relativizada desde a década de 1980 por estudos que apontam a diversidade dos tipos de dívidas que regiam essas relações. Elas iriam desde meios mais coercitivos, em alguns casos, para outros, onde o mercado tinha um papel preponderante. Para uma rápida revisão desses debates ver DORE, 2003, p. 521-559.
- ¹⁵ DJENDEREDJIAN, 1993, p. 34.
- ¹⁶ CHIARAMONTE, 1991, p. 112.
- ¹⁷ FARINATTI, 2007a.
- ¹⁸ FARINATTI, 2008.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Thiago Leitão. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário* (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884). Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2008.
- BELL, Stephen. *Campanha gaúcha: a brazilian ranching sistem, 1850-1928*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercaderes del litoral: economía y sociedad em la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1991.
- DJENDEREDJIAN, Julio. *Economía y sociedad en la arcádia criolla*. Formación y desarrollo de una sociedad de frontera en Entre Ríos, 1750-1820. Tese (Doutorado) - Facultad de Filosofía y Letras, UBA, Buenos Aires, 2003.
- DORE, Elizabeth. Debt peonage in Granada, Nicaragua, 1870-1930: Labor in a Noncapitalist Transition. *The Hispanic American Historical Review*, v. 83, n. 3, p. 521-559, Aug. 2003.
- FARINATTI, Luís Augusto E. Trabalhadores da pecuária: mão de obra livre e escrava nas estâncias da fronteira meridional do Brasil (1825-1865). In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE HISTORIA ECONÓMICA, I. Montevideu, 2007b. *Anais...* CD-ROM.
- _____. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado) - PPGHIS-UFRJ, Rio de Janeiro, 2007a.
- _____. Peões de estância e produção familiar no sul do Brasil (1845-1865). *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p. 359-383.
- GELMAN, Jorge. *Campesinos y estancieros. Una región del Rio de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. A liberdade fardada: escravidão e alforria na Guerra do Paraguai. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, VI. Passo Fundo, ANPUHRS, 2002. *Anais...* CD-ROM.
- NASCIMENTO, Joana Medrado. *Terra, laço e moirão: relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoado, 1880-1900)*. Dissertação (Mestrado em História) - Unicamp, Campinas, 2008.
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América*. Estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.
- PETIZ, Silmei Santana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2001.
- TEIXEIRA, Luana. *Muito mais que senhores e escravos*. Relações de trabalho, conflitos e mobilidade social em um distrito agropecuário do sul do Império do Brasil (São Francisco de Paul de Cima da Serra, RS, 1850-1871). Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 2008.
- ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.
- _____. *História agrária do planalto gaúcho*. Ijuí: Editora da Unijuí, 1997.